

# Votação do Título 2 começa sem acordo entre grupos

Fotos Luis Novaes

Da Sucursal de Brasília

Apesar das segundas tentativas de acordo entre as lideranças dos partidos e grupos do Congresso constituinte, o Capítulo 1 ("Dos Direitos Individuais e Coletivos") do Título 2 do projeto de Constituição começou a ser votado ontem, sem que houvesse consenso sobre cinco pontos. Serão disputadas no voto a questão do terrorismo, do mandado de segurança coletivo, do habeas-data (acesso à informações pessoais contidas em órgãos públicos ou particulares), da forma de desapropriação e do direito de entidades associativas representarem seus filiados em juízo.

Um acordo parcial entre o Centrão e a "esquerda", que se dividiu, garantiu a aprovação do Capítulo 1 proposto pelo Centrão (o artigo 6º e seus 59 parágrafos), que será modificado pelas emendas a serem votadas ao longo desta semana. O substitutivo do Centrão foi aprovado por 377 votos, contra 56 e duas abstenções. Os líderes do PT, do PC do B e do PSB anunciaram que não faziam parte do acordo. Grande parte do Movimento de Unidade Progressista-MUP (do PMDB) também não aceitou o acordo.

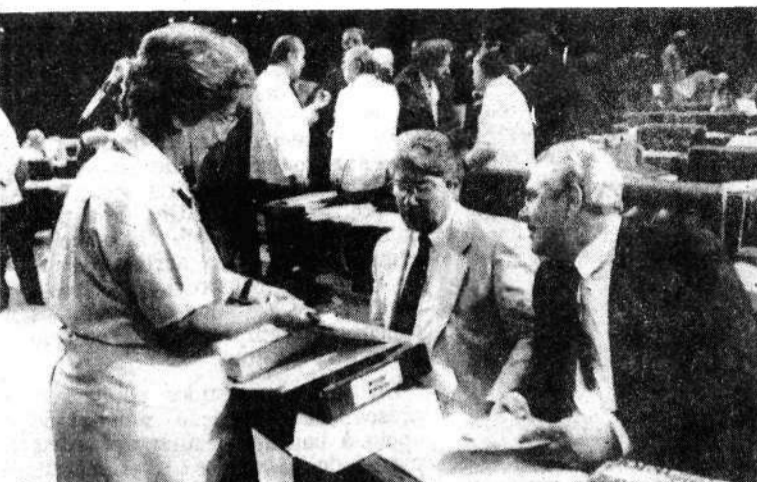
Depois de aprovar o substitutivo, o plenário aprovou o "caput" (enunciado de um artigo), resultante da fusão da proposta do Centrão e do texto da Sistematização. Foi uma vitória do Centrão, que colocou o direito à propriedade no mesmo nível do direito à vida e à liberdade — o que a "esquerda" não aceitava.

O sistema de votação eletrônica voltou a apresentar problemas e atrasou a sessão. Por duas vezes as votações foram anuladas, porque o painel mostrou os resultados parciais, em vez de mostrar apenas o total parcial (no momento em que os parlamentares, cujos votos não foram computados, começam a votar nos quatro "postos avulsos"). Depois das anulações, foram necessários cerca de 20 minutos até que se pudessem votar novamente.

A sessão foi iniciada às 15h, mas somente às 18h é que foi feito o "encaminhamento" da votação, pelos líderes partidários (cada um tem oito minutos para expor a posição de sua bancada). Durante quase uma hora as lideranças expuseram suas divergências. A "esquerda" não aceita que o terrorismo receba o mesmo tratamento dado à tortura (crime inafiançável, imprescritível e não passível de anistia); reivindica a criação do mandado de segurança coletivo e um amplo acesso às informações pessoais pertencentes a órgãos públicos e privados. Quer também que as desapropriações por interesse social, não sejam necessariamente indenizadas previamente em dinheiro.

O Centrão considera que o terrorismo é tão condenável quanto a tortura, por isto defende o mesmo rigor no seu combate; aceita apenas o acesso às informações de órgãos públicos, e desde que não coloquem em risco a segurança nacional; exige que as desapropriações sejam pagas em dinheiro e não aceita o mandado de segurança coletivo. O Centrão também não concorda com a proposta de que as entidades associativas possam representar seus filiados na Justiça.

O deputado Gastone Righi (PTB-SP), um dos líderes do Centrão, disse que a "esquerda" queria fazer uma Constituição de tendência socializante.



Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Covas (PMDB-SP) e Richa (PMDB-PR)



Os deputados Ulysses Guimarães (de costas, à esq.) e Bernardo Cabral, relator, na sessão de ontem da Constituinte



No plenário, os pedessistas Delfim (à esq.) e Amaral conversam com Lula

## José Dirceu diz que PT pode não assinar a Carta

Do correspondente em Teresina

O secretário-geral do PT, deputado estadual José Dirceu, 41, disse ontem em Teresina (PI), que seu partido está preparado para não assinar a nova Constituição caso o Centrão e empresários nacionais consigam impor seus pontos de vista "retroçados" ao Congresso constituinte. Segundo ele, o PT não abre mão dos direitos sociais dos trabalhadores, incluindo jornada de trabalho entre 40 a 44 horas, liberdade de organização sindical, estabilidade no emprego, remuneração de horas extras, licença-gestante e reforma agrária.

"Estamos exigindo os direitos que podem permitir melhorias do nível de renda da população e espaço para a luta política visando a transformação da sociedade", disse o deputado. Dirceu está em Teresina acompanhado do secretário-geral da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Avelino Ganzer para organizarem o movimento "Acorda Brasil" — que pretende "abraçar" o Congresso Nacional, em Brasília no dia 4 de fevereiro, como forma de pressionar os parlamentares para que apressem os trabalhos constituintes, e o "Dia Nacional de Advertência", marcado para o dia 4 de março.

Dirceu informou que publicará e divulgará o seu dossiê com os gastos do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia em publicidade, a "caixinha" do jogo-do-bicho e o tráfico de influência do governo, quando estiver configurada a decisão de Quêrcia de disputar a Presidência.

O deputado disse que o PT está "muito bem servido" de candidatos à Prefeitura de São Paulo.

## Passarinho aceita papel de líder se tiver apoio de todo o Centrão

Da Sucursal de Brasília

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) está disposto a ser o líder oficial do Centrão. Mas condiciona sua decisão à concordância de todos os coordenadores do grupo. "Não me faço de rogado, mas não sou oferecido", disse ontem o senador, depois de afirmar que a ala "light" (formada pelos "moderados" do grupo) vem insistindo com o convite. Os coordenadores mais intransigentes do Centrão (conhecidos como "metaleiros") — deputados José Lourenço (PFL-BA), Amaral Netto (PDS-RJ) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) — são contrários a uma liderança única.

Na última semana, os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), José Lins (PFL-CE), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Eraldo Tinoco (PFL-BA) formalizaram o convite a Passarinho. "Seria importante um articulador para negociar", afirmou o senador. Pela heterogeneidade e dimensão, o Centrão está com problemas para viabilizar negociações com os outros grupos e, mesmo, com os líderes partidários no Congresso constituinte.

"Tem gente falando pelo Centrão que não quer modificar essa situação", disse Passarinho. E uma referência à briga interna pela disputa da liderança do grupo. Muitos dos coordenadores falam em nome do Centrão sem traduzir uma posição consensual. Em função desta divisão, Passarinho mostra certo ceticismo quando exige uma concordância geral a favor de seu nome para aceitar a liderança oficial.

Mesmo concordando com a maior parte das soluções apresentadas pelo substitutivo do Centrão, Passarinho faz algumas críticas. Sua



O senador Jarbas Passarinho (PDS) durante a sessão plenária da Constituinte

principal discordância é com a aproximação de uma ala do grupo ao Palácio do Planalto. "Se o Centrão é suprapartidário, não pode ser governista", afirmou. Se ele vier a ser o líder do grupo, não aceitará esta proximidade.

"Imagine um senador de um partido de oposição vir visitar o presidente no Palácio do Alvorada depois de terminada uma votação", disse Passarinho, ironizando visitas já feitas pelos atuais coordenadores do grupo. Esta posição dificulta ainda mais uma aceitação generalizada da sua liderança. "Acho difícil que todos aceitem meu nome", afirmou. Passarinho votou, entretanto, pelo sistema de governo

presidencialista e por um mandato de cinco anos para o presidente Sarney na Comissão de Sistematização.

Apesar do convite feito a Passarinho, ele não é um feroz crítico ao projeto aprovado pela Sistematização. Ele elogia muitos "avanços" do texto e aponta outros "excessos". Ao comentar o substitutivo do Centrão, disse que esperava um "documento ruim", mas que foi surpreendido por "algo muito próximo ao trabalho da Comissão de Sistematização". Na primeira votação do plenário, Passarinho votou pela aprovação do preâmbulo do Centrão. Não tinha, porém, muita convicção: "Ambos eram mal escritos".

## O que foi aprovado

Capítulo I

Artigo 6º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição assegurará a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Parágrafo 1º — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

## Votação da tortura é o item polêmico de hoje

Da Sucursal de Brasília

A votação mais polêmica prevista para hoje refere-se ao parágrafo 8º do artigo 6º do projeto da Sistematização, que considera a tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia. A emenda proposta pelo Centrão inclui, ao lado da tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo. O tema foi negociado durante todo o fim-de-semana, mas não houve acordo.

A "esquerda" argumenta que a tortura é um crime do Estado contra o cidadão, o que não ocorre no caso do terrorismo. O Centrão alega que o terrorismo é um crime do cidadão contra o Estado, igualmente grave. Segundo o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), "vincular o terrorismo à tortura, dando-lhes a mesma qualificação penal, é uma maneira de diluir a condenação à tortura". Lima é acusado pelo Centrão de ser complacente com o terrorismo.

A maior parte dos outros pontos que serão votados hoje já foi negociada entre os grupos, como a inviolabilidade da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados. Pelo acordo, apenas os telefones ficam sujeitos a censura.